



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: [0001833-88.2023.6.22.8000](#)

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contratação de serviços especializados - Confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO - **Análise.**

**PARECER JURÍDICO Nº 242 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, deu-se a contratação, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da pessoa jurídica **Vinil Decor Molduraria Decoração e Comércio Ltda.**, CNPJ 43.594.727/0001-5, materializada na nota de empenho substitutiva do contrato de 16/10/2023, evento [1075030](#), no valor de **R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos)**, com prazo de vigência de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração. Dessa forma, verifica-se que o contrato se encontra em plena vigência.

**02.** Registra-se que o relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 223/2023** ([1072118](#)).

**03.** Na Solicitação n. 19/2023 - Cerimonial ([1077068](#)), a unidade esclarece que durante a avaliação técnica realizada pela Museóloga do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (Processo SEI n. [0000996-33.2023.6.22.8000](#)), a análise apontou necessidade delimitação das galerias, com acréscimos de molduras-letras caixas para a padronização do espaço ([1076281](#), [1076430](#)). Para tanto, **solicitou o acréscimo dos serviços** correspondendo a **R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais)**, equivalente a **16,81% do objeto contratado**.

**04.** Por meio do despacho n. 2560/2023 ([1077096](#)), o secretário da SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária e, após, à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

**05.** A Programação Orçamentária para custear o acréscimo da despesa pretendida foi juntada no evento ([1077349](#)), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 consta do processo SEI nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

**06.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria. **É o necessário relato.**

### **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**07.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001833-88.2023.6.22.8000](#)) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**08.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, **não adentrando no mérito técnico e administrativo da escolha da contratação**, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Sob a égide do regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará **controle prévio de legalidade** de contratações diretas, acordos, **termos de cooperação, convênios, ajustes**, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus **termos aditivos**. (sem destaques no original)

**10.** Por sua vez, a prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no **art. 124 da Lei n. 14.133/21**, *in verbis*:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**11.** De igual forma, o **Termo de Referência n. 1/2023** – Cerimonial ([1069208](#)) - que integra o contrato para todos os fins, de acordo com seu item 7.1.1 - registra expressamente como deveres e responsabilidade da contratada:

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões do objeto do presente Termo de Referência, que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Conforme demonstrado pela unidade gestora, o valor total do referido aditivo foi dimensionado em R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais) havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura do acréscimo da despesa, conforme demonstrado no evento [1077349](#).

**13.** Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com fundamento no **art. 124, I, c/c o art. 125, ambos da Lei n. 14.133/21 e item 7.3.8 do Termo de Referência 1/2023 - Cerimonial** ([1069208](#)).

### **IV – DA CONCLUSÃO**

**14. Pelo exposto**, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação n. 19/2023 - Cerimonial ([1077068](#)), com **fundamento no art. 124, I, c/c o art. 125, ambos da Lei n. 14.133/21 e item 7.3.8 do Termo de Referência 1/2023 - Cerimonial** ([1069208](#)) da contratação originária.

Registre-se que, conforme já apontado no **item 05 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida**. ([1077068](#)).

**15.** Noutro giro, verifica-se que o contrato foi substituído por **Nota de Empenho, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, consoante o **art. 95 da Lei n 14.133/21**. Assim, o extrato do empenho do reforço para lastro da despesa deverá ser juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

**16.** Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

À consideração da autoridade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Mikelle Barros de Santana, Estagiário**, em 27/10/2023, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 27/10/2023, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077869** e o código CRC **D5905EAB**.

0001833-88.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001833-88.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE GESTÃO DA MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contratação de serviços especializados - Confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO.

**DESPACHO Nº 1305 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, inscrita sob o CNPJ n. CNPJ n. 43.594.727/0001-57, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, com a finalidade de confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, consoante o Despacho n. 1214 ([1072717](#)).

O valor da contratação foi estimado em R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e oito centavos).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio da Solicitação n. 19 ([1077068](#)), a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral deste Tribunal esclarece que durante a avaliação técnica realizada pela Museóloga do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (Processo SEI n. [0000996-33.2023.6.22.8000](#)), a análise apontou necessidade delimitação das galerias, com acréscimos de molduras-letras caixas para a padronização do espaço ([1076281](#), [1076430](#)). Para tanto, solicitou o acréscimo dos serviços correspondendo a R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais), equivalente a 16,81% do objeto contratado.

À vista disso, a SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1077096](#)).

Em cumprimento ao comando do Secretário da SAOFC, juntou-se a Programação Orçamentária no valor necessário ao custeio da despesa pretendida ([1077349](#)).

Instada, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 242/2023 ([1077869](#)), opinando, em síntese, pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei n. 14.133/21 e no item 7.3.8 do TR da contratação originária, já que comprovada a disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo contratual.

Por sua vez a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do acréscimo contratual equivalente a 16,81% do valor do contrato inicial, representado pela Nota de Empenho n. 2023NE000495, correspondente a R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais), na forma descrita na Solicitação n. 19/2023 - Memória (evento n. [1077068](#)); pela autorização do reforço da Nota de Empenho em favor da empresa contratada; e pela divulgação do reforço, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br ([1079025](#)).

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Como relatado, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as informações prestadas pela Comissão de Gestão da Memória Eleitoral descritas no evento n. [1077068](#), as quais consistem, em suma, na necessidade de acréscimo relacionado à visita técnica de museóloga, Vanessa Resende, contratada pelo Tribunal para elaboração do plano de museológico do TRE-RO, a qual informou a necessidade de delimitação das Galerias, com os acréscimos de molduras-letras caixas, para





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adequar ao padrão usual em galerias, bem como padronização das próprias galerias, diferença que se verifica das imagens inclusas no evento SEI 1076426 em face das imagens inclusas no evento SEI 1076430, sendo a opinião de referida profissional acatada pelos membros da Comissão de Gestão de Memória.

Como demonstrado pela unidade gestora, o valor total do referido aditivo foi dimensionado em R\$ 4.608,00 (quatro mil e seiscentos e oito reais e cinquenta centavos), havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura do acréscimo da despesa, conforme demonstrado no evento n. 1077349.

Observa-se, ainda, que o acréscimo pleiteado, conforme já registrado faz-se necessário para garantir a cobertura do serviço no Tribunal, bem como evitar prejuízo ou comprometer a padronização das Galerias das autoridades do TRE-RO e sua complementação, de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020 (Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário).

Dessa forma, não há óbice para complementação do objeto contratado bem como pela adoção de todos os trâmites processuais para fins de formalização do acréscimo/aditivo pretendido.

Diante do exposto, considerando a comprovada disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo pretendido, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

I - autorizo o acréscimo contratual equivalente a 16,81% do valor do contrato inicial, representado pela Nota de Empenho n. 2023NE000495, correspondente a R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais), na forma descrita na Solicitação n. 19/2023 - Memória (evento n. 1077068) com fundamento no art. 124, inciso I, c/c o art. 125, ambos da Lei n. 14.133/21 e, ainda, no item 7.3.8 do Termo de Referência n. 1/2023 - Memória (1069208) da contratação originária;

II - autorizo o reforço da Nota de Empenho 2023NE000495 no valor de R\$ 4.608,00 (quatro mil seiscentos e oito reais), em favor da empresa contratada Vinil Decor Molduraria Decoração e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. 43.594.727/0001-57;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - determino a divulgação do reforço, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o art. 94 da Lei. n. 14.133/2021.

À SAOFC para continuidade, **em caráter de urgência.**



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 31/10/2023, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1079645** e o código CRC **6A9BB018**.